

**FACULDADE EVANGÉLICA DE RUBIATABA  
CURSO DE DIREITO**

**LUCILENE JUNQUEIRA DE SOUZA**

**A DEFICIÊNCIA DA FISCALIZAÇÃO COMO FATOR DE OCORRÊNCIA DE  
CRIMES AMBIENTAIS**

**RUBIATABA/GO  
2019**

**LUCILENE JUNQUEIRA DE SOUZA**

**A DEFICIÊNCIA DA FISCALIZAÇÃO COMO FATOR DE OCORRÊNCIA DE  
CRIMES AMBIENTAIS**

Monografia apresentada como requisito parcial à conclusão do curso de Direito da Faculdade Evangélica de Rubiataba, sob orientação do professor Especialista João Paulo da Silva Pires.

**RUBIATABA/GO  
2019**

**LUCILENE JUNQUEIRA DE SOUZA**

**A DEFICIÊNCIA DA FISCALIZAÇÃO COMO FATOR DE OCORRÊNCIA DE  
CRIMES AMBIENTAIS**

Monografia apresentada como requisito parcial  
à conclusão do curso de Direito da Faculdade  
Evangélica de Rubiataba, sob orientação do  
professor Especialista João Paulo da Silva  
Pires.

**MONOGRAFIA APROVADA PELA BANCA EXAMINADORA EM \_\_ / \_\_ / \_\_\_\_**

**Especialista João Paulo da Silva Pires  
Orientador  
Professor da Faculdade Evangélica de Rubiataba**

**Especialista  
Examinador Marilda Ferreira Machado Leal  
Professora da Faculdade Evangélica de Rubiataba**

**Especialista  
Examinador Lincoln Deivid Martins  
Professor da Faculdade Evangélica de Rubiataba**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus que permitiu que tudo isso acontecesse, ao longo de minha vida, e não somente nestes anos como universitária, mas que em todos os momentos foi meu maior mestre me dando saúde, força e sabedoria para superar todas dificuldades.

Aos meus pais Dionísio e Maria das Graças, pelo amor, incentivo e apoio incondicional. Obrigada às minhas irmãs Lucimeire e Maria Lívia, que nos momentos de minha ausência dedicados ao estudo superior, sempre fizeram entender que o futuro é feito a partir da constante dedicação no presente!

À Faculdade Evangélica de Rubiataba-GO, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior.

Ao professor especialista João Paulo da Silva Pires, pela prestatividade e, principalmente, pelo empenho dedicado à elaboração deste trabalho.

Agradeço também a todos os professores por me proporcionar o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional, portanto agradeço por terem se dedicado a mim e aos meus colegas, não somente por terem me ensinado, mas por terem me feito aprender.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para construção da minha monografia.

*“O senhor é meu pastor e nada me faltará.”*  
*Salmo: 23:1*

## RESUMO

O objetivo desta monografia é verificar se a falta de estrutura dos órgãos de fiscalização instituídos pela lei nº 6.938/81 está oportunizando a prática de crimes ambientais no Brasil. Para tanto utilizou o método dedutivo e realizou uma pesquisa por meio de levantamento de informações obtidas pelas normas, doutrinas, artigos científicos, notícias de revistas, dados de sites oficiais, entre outras. A pesquisa é importante, pois, a fiscalização ambiental tem como principal objetivo coibir os atos ilícitos praticados contra o meio ambiente e sua deficiência pode incentivar ou oportunizar a prática de crimes ambientais. Após entender a função dos órgãos de execução do SISNAMA e o papel da fiscalização no contexto da Política Nacional do Meio Ambiente, percebe-se que existe uma falta de estrutura de tais órgãos e que isso vem oportunizando a prática de crimes ambientais. Entretanto, constatou-se não ser apenas a falta de fiscalização o problema e verificou-se que existem outros fatores que concorrem para a prática de crimes ambientais como a inaplicabilidade da lei de crimes ambientais, a alta rentabilidade do cometimento de algumas infrações, a falta de integração dos próprios órgãos de fiscalização, a burocratização da justiça e por fim, a falta de educação ambiental.

**Palavras-chave:** Crime Ambiental. Fiscalização.

## ABSTRACT

The objective of this monograph is to verify if the lack of structure of the inspection bodies instituted by Law 6.938 / 81 is giving an opportunity to the practice of environmental crimes in Brazil. In order to do so, he used the deductive method and conducted a survey through the collection of information obtained by norms, doctrines, scientific articles, magazine news, official website data, among others. The research is important, therefore, the environmental inspection has as main objective to curb the illegal acts practiced against the environment and its deficiency can encourage or opportunize the practice of environmental crimes. After understanding the role of SISNAMA's enforcement bodies and the role of oversight in the context of the National Environmental Policy, it is perceived that there is a lack of structure of such bodies and that this has made it possible to commit environmental crimes. However, it was not only a lack of supervision of the problem and it was verified that there are other factors that contribute to the practice of environmental crimes, such as the inapplicability of the environmental crimes law, the high profitability of the commission of some infractions, the lack the integration of the inspection bodies themselves, the bureaucratization of justice and, finally, the lack of environmental education.

**Keywords:** Environmental Crime. Inspection.

Traduzido pro Marleides de Oliveira Mendes – Letras Modernas/FAFISP.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Áreas Protegidas no Brasil.....	29
Figura 2: Unidades de Conservação no Brasil.....	32
Figura 3: Queimadas no País.....	44



## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Áreas Protegidas nos Estados.....	30
--	----

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ANA- Agencia Nacional das Aguas

CONAMA- Conselho Nacional do Meio Ambiente

CGU- Controladoria Geral da União

CF – Constituição Federal

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e Renováveis

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

INEP- Instituto Nacional de Pesquisas Especiais

PNMA- Política Nacional do Meio Ambiente

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Ambiente

SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. DIREITO AMBIENTAL NO BRASIL.....	14
2.1 DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE SISNAMA .....	17
2.2 DAS POLÍTICAS DO MEIO AMBIENTE .....	18
2.3 ORGÃO DE EXECUÇÃO DA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL INSTITUIDOS PELA LEI 6.938/81 .....	19
2.4 ATRIBUIÇÕES DOS ORGÃOS DE FISCALIZAÇÃO E POLÍTICA AMBIENTAL....	21
3. DA FALTA DE ESTRUTURA DOS ORGÃOS DE FISCALIZAÇÃO .....	25
3.1 DIFICULDADES TÉCNICAS E MATERIAIS DA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL .....	28
3.2 FALTA DE INVESTIMENTO NA ESTRUTURA DE FISCALIZAÇÃO.....	32
3.3 FALTA DE RECURSOS MATERIAIS E SERVIDORES PARA EXECUTAR A FISCALIZAÇÃO .....	33
3.4 AUSÊNCIA DE ESTRUTURA DOS MECANISMOS DE FISCALIZAÇÃO E PRÁTICAS DE CRIMES AMBIENTAIS .....	35
4. DOS CRIMES AMBIENTAIS.....	38
4.1 DOS FATORES INCENTIVADORES DA PRÁTICA DE CRIMES AMBIENTAIS.....	40
4.2 CRÍTICAS E INAPLICABILIDADE DA LEI DE CRIMES AMBIENTAIS .....	42
4.3 CRIMES COMETIDOS PELA FALTA DE ESTRUTURA DOS ORGÃOS DE FISCALIZAÇÃO .....	45
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	49